

Entrevistado: *Hermano Duncan Ferreira Pinto*

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: três de março de 1999

Local: Residência do Entrevistado – Rio de Janeiro/RJ

Duração: 32 min.

Número de fitas: 01

Coordenador da entrevista: Luiz César A. Bittencourt Silva

Entrevistador: Jorge Luís Rocha

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha

Sumário: Jorge Luís Rocha

Revisão: Pedro Paulo Moreira

Sumário

Abertura. Influência familiar na carreira. Comentários sobre sua carreira de Magistrado. Sua experiência como Funcionário Público antes de tornar-se Juiz. A aposentadoria compulsória. A figura de seu pai, Desembargador Álvaro Ferreira Pinto (1893-?). Comentários sobre a vida paterna. Cargos ocupados por ele. Sua influência política no antigo estado do Rio de Janeiro. Comentários sobre a instalação da Comarca de Miguel Pereira. Fato curioso acerca de um Oficial de Justiça. Relacionamento com outros poderes públicos. O relacionamento com os Advogados e o Ministério Público. Sua opinião sobre o Ministério Público. Comentários sobre o assassinato do Desembargador Toledo Piza (1956). A delicada situação entre o Secretário e o Presidente do Tribunal de Justiça do antigo estado do Rio de Janeiro. Relato de outro episódio envolvendo o Sr. Aginaldo Silva. O Tribunal de Alçada do antigo estado do Rio de Janeiro (1971-75). Problemas ocasionados pela falta de um corpo de funcionários. O papel da Fusão dos antigos estados da Guanabara e Rio de Janeiro (1975). A Presidência do Tribunal e sua transferência para a cidade do Rio de Janeiro. Sua adaptação as novas funções da presidência. Relacionamento entre tribunais. A importância de sua promoção a Desembargador. Considerações sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN - 1979). A criação do Órgão Especial. Relação entre o Judiciário e a Opinião pública. A consciência do Magistrado. As convicções do Juiz e a influência da Mídia. Opinião sobre a existência da Justiça Eleitoral. Considerações sobre a melhoria de funcionamento da Justiça Eleitoral. Comentários sobre a Justiça Militar e o meio militar. O controle interno do Poder Judiciário. Opinião sobre a profissão de Magistrado. O déficit de Juízes. Encerramento.